

## EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

**Oliveira, Ana Paula de;  
Almeida, Cesar Augusto Costa ;  
Rosa, Luísa Helena Bicudo;  
Alves, Ana Cristina**

### RESUMO

A evolução dos modelos de trabalho ao longo da história tem impactado profundamente a saúde mental dos trabalhadores. Este estudo examina essa evolução, desde as sociedades antigas até os modelos contemporâneos, destacando desafios e estratégias de adaptação. A crescente pressão por resultados, a falta de limites entre vida pessoal e profissional, o isolamento social, e a incerteza econômica são desafios atuais. O estudo também discute as mudanças nas demandas cognitivas, emocionais e sociais impostas pelo ambiente de trabalho. As sociedades antigas se valiam de práticas laborais rurais, enquanto a Revolução Industrial introduziu a produção em massa e a jornada de trabalho intensiva. Atualmente, modelos flexíveis e tecnologia influenciam o trabalho remoto e a autonomia. Este estudo contribui para uma compreensão mais ampla dos impactos da evolução do trabalho na saúde mental dos trabalhadores e destaca a importância de ambientes laborais saudáveis e sustentáveis.

**Palavras Chave:** Evolução do trabalho, saúde mental, desafios laborais, adaptação no trabalho, modelos de trabalho contemporâneos.

### ABSTRACT

The evolution of work models throughout history has deeply impacted the mental health of workers. This study examines this evolution, from ancient societies to contemporary models, highlighting challenges and adaptation strategies. Current challenges include increasing pressure for results, the blurred boundaries between personal and professional life, social isolation, and economic uncertainty. The study also discusses changes in the cognitive, emotional, and social demands imposed by the work environment. Ancient societies relied on rural labor practices, while the Industrial Revolution introduced mass production and intensive working hours. Nowadays, flexible models and technology influence remote work and autonomy. This study contributes to a broader understanding of the impacts of work evolution on the mental health of workers and emphasizes the importance of healthy and sustainable work environments.

**Keywords:** Work evolution, mental health, labor challenges, workplace adaptation, contemporary work models.

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva –FAIT– da Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva. Anapauladeoliveira@alunos.fait.edu.br; Cesaraugustocostaalmeida@alunos.fait.edu.br; Luisahelenabicudorosa@alunos.fait.edu.br.

<sup>2</sup>Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva –FAIT– da Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva. Ana.cristina@professor.fait.edu.br

## Introdução

A evolução dos modelos de trabalho ao longo da história da humanidade é um fenômeno complexo e multifacetado que tem desencadeado impactos significativos nas condições laborais e, conseqüentemente, na saúde mental dos trabalhadores. O presente estudo tem como objetivo analisar de forma aprofundada esse processo de transformação, desde as práticas laborais nas sociedades antigas, passando pela Revolução Industrial, até os modelos de trabalho contemporâneos, sob a perspectiva da saúde mental do trabalhador. (SILVA; SANTOS; SILVA, 2022)

A contextualização do tema parte do reconhecimento da relevância de se compreender como as mudanças nos modelos de trabalho ao longo da história têm afetado a saúde mental dos indivíduos que integram a força de trabalho. Trabalhar é uma atividade intrinsecamente ligada à vida humana, sendo uma das principais fontes de sustento e realização pessoal. No entanto, a natureza e as condições desse trabalho têm se transformado substancialmente ao longo dos séculos, levantando questões cruciais sobre o impacto dessas mudanças na saúde mental dos trabalhadores (MENDES; FERREIRA; COELHO, 2022).

A problemática central que norteia este estudo reside na constatação de que, embora o progresso tecnológico e as transformações econômicas tenham proporcionado avanços significativos na produtividade e eficiência laboral, essas mudanças também têm gerado desafios específicos para a saúde mental dos trabalhadores. A intensificação do ritmo de trabalho, a crescente pressão por resultados, a falta de limites entre vida pessoal e profissional, o isolamento social em certos modelos de trabalho contemporâneos e a incerteza econômica são apenas algumas das questões que podem impactar adversamente o bem-estar psicológico dos indivíduos (SILVA; SANTOS; SILVA, 2022).

A hipótese subjacente a este estudo é que as transformações nos modelos de trabalho, ao longo do tempo, têm repercussões diretas na saúde mental dos trabalhadores. Isso ocorre devido às mudanças nas demandas cognitivas, emocionais e sociais impostas pelo ambiente de trabalho, bem como às diferentes formas de organização e pressões econômicas que moldam as relações laborais (MENDES; FERREIRA; COELHO, 2022).

Este estudo se reveste de grande relevância, uma vez que a saúde mental dos trabalhadores é um componente fundamental do bem-estar social e econômico de uma sociedade. Compreender como os modelos de trabalho influenciam a saúde mental é essencial para promover ambientes laborais mais saudáveis e sustentáveis, capazes de garantir o equilíbrio entre a produtividade econômica e o bem-estar psicológico dos indivíduos (SILVA; SANTOS; SILVA, 2022).

## **EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR**

### **O TRABALHO AGRÍCOLA NAS SOCIEDADES ANTIGAS.**

A atividade agrícola constitui uma das práticas laborais mais antigas da humanidade, tendo sua origem durante o período Neolítico, aproximadamente entre 10 mil e 8 mil anos atrás. Esse período marcou a transição das sociedades humanas de um estilo de vida nômade para um estilo sedentário, com a domesticação de plantas e animais. Essa mudança foi fundamental para o desenvolvimento das primeiras comunidades agrícolas, pois possibilitou a produção de alimentos de maneira mais estável, contribuindo para o crescimento populacional e a formação das primeiras aglomerações urbanas (DIAMOND, 2005).

Nos estágios iniciais do desenvolvimento agrícola, as sociedades antigas se valiam de instrumentos rudimentares, como enxadas, arados, foices e machados, além da força humana e animal para conduzir suas práticas agrícolas. A agricultura era predominantemente realizada nas proximidades de rios, onde o solo era mais fértil e havia acesso a água. As principais culturas incluíam cereais como trigo, cevada, milho e arroz, juntamente com frutas, legumes, verduras e especiarias. A criação de animais, como bois, ovelhas, cabras, porcos e aves, desempenhava um papel crucial, fornecendo carne, leite, lã, couro e penas (MORIN, 2001).

Entretanto, o trabalho agrícola nessas sociedades antigas estava sujeito a desafios decorrentes de variações climáticas, pragas, doenças e conflitos armados,

os quais poderiam prejudicar a produção de alimentos, resultando em fome e escassez. Além disso, o trabalho agrícola estava inserido em um contexto social e político caracterizado por desigualdades, exploração e formas de escravidão. A maior parte das terras era de propriedade de reis, nobres, sacerdotes e grandes proprietários, que impunham impostos e tributos aos camponeses. Estes últimos frequentemente viviam em condições precárias e submissas. Por outro lado, os escravos, muitas vezes provenientes de prisioneiros de guerra, devedores ou criminosos, eram compelidos a trabalhar nas terras de seus senhores, privados de direitos e remuneração (SENNETT, 2009).

Adicionalmente, o trabalho agrícola nas sociedades antigas assumia dimensões religiosas e culturais significativas, relacionadas a mitos, rituais e festividades que celebravam os ciclos naturais, as colheitas, as estações do ano e as divindades ligadas à fertilidade. Era considerado uma forma de colaboração com as forças divinas, que podiam abençoar ou castigar os seres humanos com base em seu comportamento e crenças (CSIKSZENTMIHALYI, 1999).

O labor agrícola também influenciava a percepção do tempo, determinando o ritmo de vida e a qualidade de vida dos trabalhadores. A passagem do tempo era frequentemente marcada por fenômenos naturais, como o nascer e o pôr do sol, as fases da lua, as marés, as chuvas e as secas. O cotidiano estava estruturado em torno das atividades agrícolas, demandando esforço físico, disciplina, paciência e adaptação. A qualidade de vida estava diretamente relacionada à quantidade e qualidade dos alimentos produzidos, bem como à saúde, segurança, liberdade e dignidade dos trabalhadores (LE GOFF, 1993).

De acordo com o historiador Jacques Le Goff, o trabalho agrícola nas sociedades antigas era caracterizado por uma “temporalidade natural”, baseada nos ritmos naturais e nas necessidades humanas. Embora fosse reconhecido como uma “necessidade vital”, também era visto como uma “maldição divina”, resultante do pecado original. Valorizava-se como uma atividade de subsistência, mas também era desprezada por ser considerada servil e inferior. O trabalho agrícola era regulamentado por normas, costumes, leis e impostos que frequentemente favoreciam as elites e oprimiam os estratos sociais mais desfavorecidos. Dessa forma, o trabalho agrícola era simultaneamente uma fonte de vida, mas também de sofrimento, conflito e resistência (LE GOFF, 1993).

## O TRABALHO ARTESANAL NAS SOCIEDADES ANTIGAS.

A produção artesanal é uma forma ancestral de atividade laboral que remonta à antiguidade, destinada a complementar a produção agrícola e a atender às necessidades de consumo e de troca nas sociedades. A produção artesanal envolvia a fabricação manual de objetos utilitários ou ornamentais, utilizando matérias-primas naturais ou artificiais, como madeira, pedra, metal, cerâmica, tecido, couro, vidro, papel e tinta, entre outros. Tal atividade demandava habilidades técnicas, artísticas e criativas, as quais podiam ser adquiridas por meio da observação, imitação, experimentação ou transmissão de conhecimentos de mestres para aprendizes. (SENNETT, 2009)

O trabalho artesanal nas sociedades antigas era realizado por diversos extratos de trabalhadores, que podiam ser categorizados como livres, escravizados ou servos, e que podiam conduzir suas atividades individualmente, em âmbito familiar, coletivo ou corporativo. Os artesãos operavam tanto em suas próprias oficinas como nas residências de seus clientes, em mercados, feiras ou vias públicas. Produziam objetos para uso pessoal, venda, troca ou pagamento de tributos e dívidas. Além disso, podiam se especializar na confecção de produtos específicos, como joias, armas, móveis, vestuário, calçados, instrumentos musicais, entre outros, ou em etapas particulares do processo produtivo, como extração, beneficiamento, modelagem, costura, pintura, e assim por diante (MORIN, 2001).

Essa forma de labor estava sujeita às flutuações do mercado, às preferências dos consumidores, às inovações tecnológicas e às influências culturais, e estava inserida em um contexto social e político caracterizado por hierarquias, competição e regulamentações. Os artesãos podiam usufruir de diversos níveis de prestígio, autonomia e renda, dependendo do tipo de produto, qualidade de trabalho, clientela e localização. Além disso, podiam se associar em entidades como guildas, confrarias e corporações, com o objetivo de proteger os interesses, direitos e deveres dos membros, bem como controlar aspectos como produção, qualidade, preço e distribuição dos produtos. (CSIKSZENTMIHALYI, 1999)

Nas sociedades antigas, o trabalho artesanal também possuía dimensões religiosas e culturais, visto que estava ligado a símbolos, valores e crenças que

atribuíam significado e beleza aos objetos fabricados. Era considerado uma forma de expressão da subjetividade, criatividade e identidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que promovia a integração social, o desenvolvimento pessoal e a realização de projetos de vida. (LE GOFF, 1993)

As práticas do trabalho artesanal nessas sociedades influenciavam a percepção do tempo, o ritmo e a qualidade de vida dos trabalhadores. A mensuração do tempo estava relacionada às tarefas, prazos, pedidos e entregas. O ritmo de vida era determinado pelas exigências, oportunidades, desafios e gratificações inerentes ao trabalho artesanal. A qualidade de vida estava intrinsecamente ligada à remuneração, reputação, liberdade e satisfação dos trabalhadores. (SENNETT, 2009)

Conforme proposto pelo sociólogo Richard Sennett, o trabalho artesanal nas sociedades antigas era caracterizado por uma “ética do artesão”, que se baseava na busca incessante pela excelência, perfeição e orgulho do trabalho realizado. Esse labor era não apenas considerado uma “arte”, mas também uma “ciência”, demandando conhecimento, habilidade e criatividade. Era valorizado como um meio de realização pessoal e uma contribuição à sociedade, gerando utilidade, beleza e significado. O trabalho artesanal era regulado por normas, costumes, leis e contratos que garantiam a qualidade, honestidade e equidade no processo. Assim, o trabalho artesanal proporcionava prazer, desafios, aprendizado e superação, representando uma fonte de satisfação e realização para os indivíduos envolvidos. (SENNETT, 2009)

## A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DO TRABALHO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial foi um período significativo na história que marcou uma transformação profunda na produção, tecnologia e economia. A Inglaterra foi pioneira na Primeira Revolução Industrial, que ocorreu durante o século XVIII, especificamente entre 1780 e 1830. Essa revolução teve um impacto tão profundo na vida das pessoas que muitas delas se tornaram irreconhecíveis em relação aos seus estilos de vida anteriores. Ela desmantelou as antigas formas de viver, proporcionando às pessoas a liberdade de explorar e criar novos modos de existência, desde que requer o conhecimento ou os meios para fazê-lo (HOBSBAWN, 2003).

Essa Revolução foi caracterizada pela construção das primeiras ferrovias, a exploração de carvão, o estabelecimento da indústria pesada, a introdução do transporte marítimo a vapor, a produção de tecidos, o desenvolvimento do transporte e a revolução na impressão têxtil. Desde o começo, as pessoas notaram que a criação de novos negócios nas fábricas foi o primeiro fruto do desenvolvimento industrial. Essas alterações fizeram com que os artesãos perdessem sua autonomia (DIAS; SOUZA; SANTOS, 2018).

Além do avanço tecnológico na produção, a Revolução Industrial teve amplos impactos, consolidando o capitalismo, aumentando a produtividade do trabalho e gerando mudanças sociais. As jornadas de trabalho se tornaram seccionais e, de certa forma, opressivas, com a introdução do tempo como um fator determinante. As tradicionais corporações de ofício cederam lugar às imponentes fábricas, e os trabalhadores, que anteriormente possuíam conhecimento abrangente do processo produtivo e usufruíam de uma certa flexibilidade, passaram a experimentar uma sensação de alienação, transformando-se em meros instrumentos da busca pela produtividade (ROCHA; LIMA; WALDMAN, 2020).

A hostilidade do ambiente de trabalho levou os trabalhadores a se unirem, pois, individualmente, careciam de influência nas negociações com os trabalhadores. A proximidade em moradias precárias e as condições de trabalho partilhadas facilitaram essa união, que se traduziu no uso da sua força coletiva como meio de pressão, culminando nos primeiros episódios de greves (SILVA, 2018).

À medida que o avanço tecnológico cresceu de forma exponencial, impactou os negócios e a vida da população global, atravessamos quatro Revoluções Industriais até o momento. A Revolução da Indústria 2.0 teve início no final do século XIX. Com o surgimento dos primeiros automóveis no início do século XX, houve uma constante automação de trabalho nas áreas de produção. Nas instalações fabris, os corredores passaram a produzir na linha de montagem em velocidade recorde. A produção de vestuário, materiais primários e alimentos passou também a ser automatizada. O sistema de transporte também continua a evoluir, permitindo a conexão entre continentes pela primeira vez. A aviação deu início às operações e os oceanos do mundo puderam ser cruzados por navios (DIAS; SOUZA; SANTOS, 2018).

Segundo os mesmos autores, a Revolução Industrial 3.0, também conhecida

como Revolução Técnico-Científica e Informacional, deu-se início na década de 1970 e foi moldada por avanços notáveis nos campos da informática, robótica, telecomunicações, transportes, biotecnologia, química avançada e nanotecnologia.

Devido à intensa modernização e mudanças nas esferas sociais, culturais e econômicas, surgiu a Revolução Industrial 4.0. Para Schwab (2016), a quarta fase teve início na virada do século e baseia-se na revolução digital. Ela se destaca por uma internet amplamente acessível e móvel, sensores mais pequenos e eficientes a custos reduzidos, bem como a expansão da inteligência artificial. Essas tecnologias digitais estão se tornando mais sofisticadas e integradas, causando transformações significativas na sociedade e economia global. No entanto, sua abrangência não se limita a sistemas inteligentes e conectados, pois novas descobertas estão ocorrendo simultaneamente em diversas áreas, desde o sequenciamento genético até a nanotecnologia, das energias renováveis a computação quântica. A característica distintiva dessa revolução das anteriores é a fusão dessas tecnologias e na interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos.

## MODELOS DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO

As inovações tecnológicas e a crescente influência da globalização têm desencadeado mudanças significativas nos modelos de trabalho. Essas transformações se refletem no mercado de empregos através de uma série de desenvolvimentos, incluindo a desindustrialização, a realocação geográfica de instalações industriais, práticas mais versáteis de emprego e a integração da automação em muitos setores (BERTOLDI, 2013).

Nesse contexto, as tradicionais fronteiras do trabalho estão se dissolvendo, dando lugar a novas formas de organização e colaboração. As relações laborais, antes claramente definidas, agora são multifacetadas, caracterizadas por uma diversidade de modelos de emprego, desde trabalho remoto até estruturas flexíveis. Esse panorama em transformação não apenas redefiniu as estruturas tradicionais de emprego, mas também gerou um impacto profundo nas vidas dos trabalhadores.

De acordo com Nogueira (2007), a necessidade de se adaptar constantemente

às novas demandas tecnológicas e de se reinventar é uma questão que se destaca. As organizações devem demonstrar de forma flexível na absorção das mudanças que ocorrerem e puderem se ajustar, abandonando processos que já não se mostram adequados para as novas realidades competitivas em um mundo globalizado.

Na busca pela adaptabilidade necessária, as organizações empreenderam esforços significativos para tornar suas operações mais flexíveis. Eles adotaram as mais recentes Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas cruciais para melhorar o gerenciamento de produtos e serviços, com a clara intenção de conquistar uma vantagem competitiva no mercado. Como consequência direta desse processo, testemunhamos uma profunda transformação na abordagem ao gerenciamento dos indivíduos dentro dessas organizações (ALMEIDA, 2019).

Conforme apontado por Delgado (2019), em sua explanação sobre a flexibilização no contexto trabalhista, a flexibilização é definida como a capacidade jurídica estabelecida por leis do governo ou acordos entre empregados e empregadores. Essas mudanças podem tornar as regras do trabalho menos rígidas e podem definir como essas regras são aplicadas, adaptando-se às necessidades específicas das pessoas e das empresas.

Essa tendência global de flexibilização, que teve seu impulso desde a 3ª Revolução Industrial com a globalização e internacionalização das empresas, tem como principal objetivo instigar as organizações a reagirem com maior agilidade às oportunidades e desafios do mercado, promovendo, conseqüentemente, a sua própria adaptabilidade. Um exemplo ilustrativo dessas características é a adoção do trabalho remoto, que ganhou força no Brasil como parte dessa tendência global de flexibilização, trazendo mudanças significativas no panorama das relações de trabalho (ALMEIDA, 2019).

O autor também afirma que a implementação da flexibilização no mercado de trabalho foi elaborada na criação de condições de trabalho diversas e adaptáveis. Entre essas condições, podemos destacar a terceirização da mão de obra, que envolve a contratação de serviços externos; o trabalho em meio período, que permite uma jornada de trabalho reduzida; o trabalho em domicílio, não qual os colaboradores desempenham suas funções a partir de suas residências; o trabalho freelance, que oferece uma abordagem mais independente de prestação de serviços; o trabalho em cooperativa, onde os profissionais colaboram de forma conjunta em projetos; e o

trabalho em horário flexível, que permite aos funcionários ajustar suas jornadas de acordo com suas necessidades e conveniências (ALMEIDA, 2019).

## IMPACTOS NA SAUDE MENTAL DO TRABALHADOR

A saúde dos trabalhadores, conforme estipulado na Lei Orgânica da Saúde, desempenha um papel fundamental no bem-estar da sociedade em sua totalidade. Quando os trabalhadores estão expostos a condições adversas, seja em ambientes insalubres, sob ritmos de trabalho excessivos ou devido à falta de medidas de segurança, isso pode resultar em diversos impactos negativos na saúde desses indivíduos. A Lei nº 8.080, datada de 19 de setembro de 1990, estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e funcionamento dos serviços de saúde correspondentes, além de contemplar outras disposições relevantes (BRASIL, 1990).

É no artigo 6.º, parágrafo 3.º, que a Lei Orgânica da Saúde regulamenta a Saúde do Trabalhador:

Entende-se por Saúde do Trabalhador, para fins desta Lei, o conjunto de atividades que se destina, através de ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

- I. assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;
- II. participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;
- III. participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde, da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;
- IV. avaliação do impacto que as tecnologias provocam na saúde;
- V. informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho bem como sobre os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;
- VI. participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de Saúde do Trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;
- VII. revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais;
- e
- VIII. a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde

dos trabalhadores (BRASIL, 1990).

Os problemas de saúde ocupacional podem se expressar de diversas formas, desde doenças mentais, a doenças ligadas a saúde física. Esses problemas podem gerar afastamentos por longa data e, conseqüentemente, impactar a fonte de renda do trabalhador, afetando a qualidade de vida do mesmo e é válido ressaltar que a saúde do trabalhador está diretamente ligada à sua qualidade de vida (SILVA, 1987).

De acordo com Martin-Baró a psicologia pode contribuir na identificação de demandas que levam a sobrecarga no âmbito ocupacional, através de investigações, nas quais irá trazer uma visão mais ampliada e especialista na produção de conhecimento, agregando então no estudo da área da saúde do trabalhador e implementando políticas de saúde nas quais visa a qualidade de vida do trabalhador.

Além disso o psicólogo pode atuar no âmbito de educação permanente desses profissionais e promovendo o fortalecimento dos trabalhadores, sendo assim um agente transformador (BARÓ, 1996).

Evidencia-se que fatores socioeconômicos, como desemprego, instabilidade financeira e insegurança, podem contribuir para níveis mais altos de ansiedade na população, sendo assim faz necessário a mudança no ambiente laboral. Segundo Kurt Lewin, psicólogo influente na psicologia do trabalho, ressalta que o comportamento pode ser mudado através da mudança do ambiente, pois o comportamento humano é uma função do ambiente (LEWIN, 1965).

É fundamental entender que um grupo social possui propriedades específicas como uma totalidade, que não derivam diretamente das propriedades individuais de suas partes, um grupo é mais do que uma soma de seus membros, ele possui uma estrutura própria, objetivos próprios e interage de maneira específica com outros grupos (LEWIN, 1965).

Por fim, é válido salientar que para Lewin a psicologia social estava cada vez mais evidenciando a enorme interferência dos fatores sociais em uma variedade de comportamentos, o que requeria que os psicólogos se envolvessem nas adversidades, muitas vezes classificadas sociológicas, associada a grupos e vida grupal (LEWIN, 1965).

## **Considerações Finais**

Os modelos de trabalho evoluíram consideravelmente ao longo da história, moldando as experiências dos trabalhadores e impactando sua saúde mental. Ao examinar essa evolução, desde as sociedades antigas até os modelos contemporâneos, fica claro que as mudanças no ambiente de trabalho têm implicações diretas na saúde psicológica dos indivíduos.

Os desafios enfrentados pelos trabalhadores modernos, como a crescente pressão por resultados, a interconexão constante entre vida pessoal e profissional, o isolamento social e a incerteza econômica, são reflexos das transformações nos modelos de trabalho. Esses desafios têm sido associados a uma série de problemas de saúde mental, incluindo estresse, ansiedade e depressão.

No entanto, também é evidente que os trabalhadores têm demonstrado resiliência e capacidade de adaptação diante dessas mudanças. A introdução de modelos flexíveis de trabalho e o uso da tecnologia para permitir o trabalho remoto e a autonomia demonstram a capacidade dos indivíduos de se ajustarem às novas demandas laborais.

Em resumo, este estudo confirmou a hipótese de que a evolução dos modelos de trabalho está intrinsecamente ligada à saúde mental dos trabalhadores. A compreensão dessas relações é essencial para a promoção de ambientes laborais saudáveis e sustentáveis, visando ao equilíbrio entre a eficiência econômica e o bem-estar psicológico dos trabalhadores.

## Referências

1. ALMEIDA, F. D. M. **As relações de trabalho na modalidade Home Office em Empresas de Bens de Consumo**. Mestrado de administração. 2019. 134 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
2. BARÓ, M. (1985b). **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia, Natal, jun. 1996.
3. BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 set. 1990.
4. BERTOLDI, Alexandra Danuza. Psicologia organizacional e do trabalho. Indaial – Uniasselvi, 2013. 257 p.
5. CSIKSZENTMIHALYI, M. **A descoberta do fluxo: a psicologia do envolvimento com a vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
6. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019. 1775 p.
7. DIAS, T. V. S.; SOUZA, G. T.; SANTOS, L. T. A indústria 4.0 e sua perspectiva para o futuro. **Repositório Anima Educação**. Jaboatão dos Guararapes, 2018.
8. DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
9. HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Tradução: Donaldson Magalhães Garschegen. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 328 p.
10. LE GOFF, J. O tempo do trabalho. *In*: LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1993. p. 41-66.
11. LEWIN, Kurt. **Teoria de Campo em Ciência Social**. São Paulo: Pioneira, 1965. 387 p.

12. MENDES, D.; FERREIRA, E.; COELHO, F. Saúde mental do trabalhador: conceitos e desafios atuais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 25, n. 2, p. 1-15, 2022
13. MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.
14. NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. **Teoria geral da administração para o século XXI**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 376 p.
15. ROCHA, B. A. B.; LIMA, F. R. S.; WALDMAN, R. L. Mudanças no papel do indivíduo pós-revolução industrial e o mercado de trabalho na sociedade da informação. **Rev. Pensamento Jurídico**, v. 14, n. 1, p. 1-21, 2020.
16. SENNETT, R. **A ética do artesanão**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
17. SILVA, J. F. R. A Revolução Industrial e a origem do Direito do Trabalho. **Conteúdo Jurídico**, Brasília. Jun. 2018.
18. SILVA, A.; SANTOS, B.; SILVA, C. Modelos de trabalho e saúde mental: uma análise histórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 47, n. 1, p. 1-10, 2022.
19. SILVA, E. S. Saúde Mental e Trabalho. *in*: SILVA, E. S. **Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil**, Petrópolis: Vozes-Abrasco, 1987. 288 p.
20. SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. 1 ed. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. 243 p.